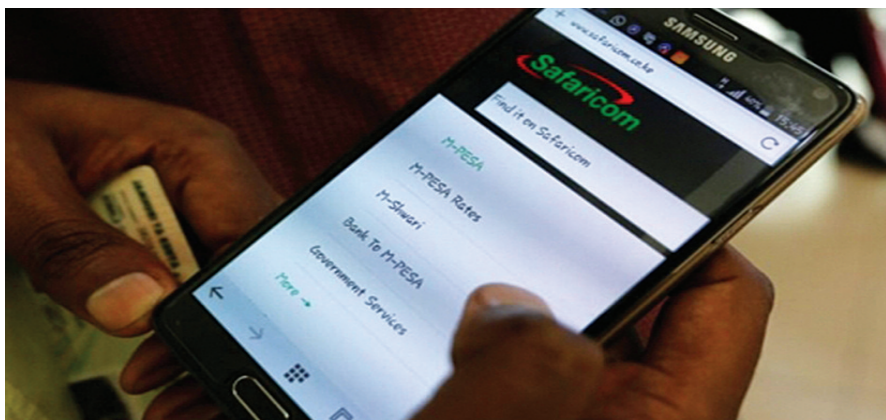


SEGUIR EM FRENTE COM A VIDA

O novo normal e o “guerreiro ninja”

O tempo urge e a vida exige acção: o “guerreiro ninja” não pode ficar parado e vai se infiltrando no novo normal para poder suprir as necessidades básicas, mentais e afectivas

| EDIÇÕES NOVEMBRO



Tânia J. A Costa / *

Saímos de casa, subimos para o carro ou candongueiro e vamos para o nosso novo normal, incorporados como guerreiros ninja e prontos para a batalha assustadora contra o invisível.

O guerreiro ninja sai todos os dias equipado com o seu kit de guerra: álcool-gel, máscara, luvas, incertezas e ansiedades. O novo normal veio para ficar, e o guerreiro ninja é obrigado a adaptar-se e a reinventar-se nesse novo normal onde a era digital tornou-se omnipresente e as emoções apoquentadas pelas ro-

tinas diárias totalmente modificadas.

Sejamos claros: é preciso entender o novo normal para poder atendê-lo, e seguir em frente com a vida equipados com um kit de guerra. Lentamente, com alguma resistência, o guerreiro ninja vai se acostumando com o kit de guerra, não por ser agradável, mas por oferecer a segurança de não ser apanhado desprevenido nesta guerra quotidiana contra o invisível. O kit de guerra do novo normal é o padrão que garanta a sobrevivência e passa a ser assimilado de forma indolor pelo ninja guerreiro.

O padrão da normalidade passa a ser a segurança e a sobrevivência: as pessoas não querem parar de crescer e as sociedades negam-se a deixar de produzir. No entanto, enquanto uns dormem e se acomodam na vitimização, pensando que tudo vai passar, os ninjas guerreiros que estão vigilantes entendem a gravidade e começam a agir sabendo que nada será como o velho normal. “O velho ficou no velho”. Ou seja, dito de outra maneira, como afirma Alvin Toffler: “o analfabeto do século XXI não será aquele que não consegue ler e escrever,

mas aquele que não consegue desaprender e reaprender”.

Vamos aprender a reinventar com um modelo arquitectado e fundamentado pela necessidade de segurança e sobrevivência, desse modo começaremos a lidar com menos ansiedade do novo, aprendendo a gerir o estresse e a fortalecer a estrutura emocional. O tempo urge e a vida exige acção: o guerreiro ninja não pode ficar parado e vai se infiltrando no novo normal para poder suprir as necessidades básicas, mentais e afectivas.

O momento que vivenciamos nos obriga a sermos exploradores de novos palcos, novas maneiras de pensar, agir e reagir. O guerreiro escolhe viver o agora, encarando a realidade, pois só assim ele acredita fazer parte da nação que produz e está em constante busca de uma solução para o Novo nessa era da transformação digital.

Abrace o novo normal, aceite a realidade: seja um ninja guerreiro com o kit de sobrevivência e voe para viver a vida com o invisível.

*Consultora de carreira e negócios

“QUEM EU SOU?”

O antro da Infelicidade

Pedro Kamorroto / *

Todos os santos ou diabos dias, espólios de paraíso me sucumbem, a reputada coroa da infâmia tolda-me a mente como se de uma queimada com proporções amazónicas se tratasse.

As palavras continuam silentes ou no pior dos cenários, mudas, e as premonições que deviam servir de referencial como estrelas no firmamento, parece que deixaram de ser aquecidas pela termodinâmica do temporal, parece que deixaram de ser a devassa areia na ampulheta.

Já não procuro no palheiro da vida a melhor versão de mim mesmo e que a deficitária leitura de mim

não me impeça de ler os outros.

Dói-me concluir que há uma estridente falta de leitura (generalizada) de nós mesmos.

De chofre, ao cirandar sem pressa no imo da noite escura, vi a partir da minha limitada cosmovisão, que tudo me é forasteiro nesta gleba que é fértil em manias de grandeza, fértil em tudo, menos em desenvolvimento sustentável.

Do cavalo dos sonhos caio vezes sem fim, não adiei os sonhos, os sonhos assustadores é que me adiarão, reduziram-me ao pó do nada até ao ponto de me transfigurarem em carne viva do descaso.

Quem eu sou no plano concreto? Uma carapaça de metal ou uma enxertia a paliar metamorfose antes da meta (a) mor fosse quem fosse?

De tudo que não fui, hoje sinto falta. Percepções equivocadas dilaceram a minha já funesta e calejada (pouca) libido de viver.

Nunca foi minha intenção ao dar forma, sopro de vida, ao ajustar as (minhas) necessidades aos meus interesses, ofender deuses.

Não sei lidar comigo mesmo, com os meus demónios internos quanto mais com o próximo mais próximo? Estou nem aí para a energia da dopamina vinda das influências exógenas.

Mestre na arte de assassinar euforias cavaleiras disfarçadas de expectativas, náuseas colectivas sustentadas pelo pêndulo de certas convenções.

Onde estará a infelicidade? Quem a vir por aí, ainda que for no sanatório

da amargura, tragam-na até mim.

Onde estará a adiposa infelicidade? Já que a felicidade e a auto-estima (com ou sem fantasias) andam por aí a desfilarem nos outdoors publicitários, têm tempo de antena na rádio, na TV e nas revistas cor-de-rosa, aparecem disfarçadamente em workshops, palestras, coachings, nos cosméticos e nas fórmulas milagrosas de uma feição física ideal.

Quem ousar ser mercador da infelicidade, ainda que for neófito, apresente-se. Estou disposto a pagar pelo preço justo.

Não vivo numa redoma, mas às vezes custa-me sair de mim para abraçar e deitar-me com o mundo. É assaz perigoso.

O terror dos tempos actuais

não é um doido varrido armado que atira para os seus alvos aleatórios ou pré-definidos sem dó nem piedade, mas sim o internauta solitário e frustrado, numa rede preme de amigos oriundos de todo canto do vasto universo, vê os seus intentos gorados até ao ponto de sentir um vazio existencial, de desenvolver depressão, ansiedade crónica não (psic)analizada no divã de Freud.

Dói-me ver um simples mortal como eu a viver somente sob os desígnios ditatoriais desses algoritmos suportados por uma inteligência dita artificial.

O antro que habito precisa de uma tocha mais humanista.

Luanda, Golfe 1, aos 9.2.2020



FILIPPE CANDONDO

Da infância na Caála ao sucesso como radialista

Aos 29 anos, Filipe Candondo é o mais novo apresentador do programa “Estrada da Música”, da Rádio LAC. O radialista começou a carreira aos microfones da Rádio Viana, onde chegou a apresentar cinco programas ao mesmo tempo

Roque Silva

Em Setembro do ano passado, a vida de Filipe Candondo deu um salto significativo. Até então, a sua história resumia-se a quedas, oportunidades perdidas e interrupções nos projectos. Mas um convite por telefone mudou o rumo da sua vida. Desempregado, Filipe Candondo estava em casa quando recebeu da Rádio Luanda Antena Comercial um convite para a condução do programa “Estrada da Música”. Com 16 anos de existência, este programa vai ao ar todos os domingos, entre as 16 e as 17 horas, com entrevistas, notícias e outras rubricas.

O jovem aceitou o desafio proposto pelo realizador Zito Cândido e interrompeu o período de má memória, marcado pelo desemprego. “Apanhei tantas quedas... Por isso, pensei que fosse brincadeira ou uma ligação comum. Mas era a oportunidade que há muito esperava”.

Actualmente com 29 anos de idade, Filipe Candondo é o mais novo apresentador do programa de entretenimento cujo propósito é a promoção da música angolana e dos seus protagonistas. “Aprovei no grande teste que foi a primeira emissão do programa conduzido por mim. Encaro essa tarefa com

muito profissionalismo. Pelo programa passaram profissionais que hoje são referências do entretenimento radiofónico, como são os casos de Moisés Luís e Gabriel Niva”.

Filipe Candondo diz que recebe mensagens de felicitações e críticas de todos os cantos do mundo. “Fiquei emocionado quando um amigo de longa data escreveu de Bruxelas, dizendo que chorou depois de ter escutado a minha voz. Mas prefiro as críticas, porque me tornam um vencedor”.

Amante do entretenimento e da leitura, Candondo almeja chegar um dia aos programas de informação.

Criança só

Filipe Candondo nasceu em 1991, na província do Huambo. Na infância não teve amigos. A sua vida era lavra casa e vice-versa. “A vida na Caála era razoável, mas as famílias recebiam que a guerra se estendesse, de tal modo que a minha infância foi muito fechada. Quase não brinquei. Sempre andei sozinho, sem pessoas da minha idade à volta”.

Quando completou seis anos a rotina se alterou, com a sua inclusão no sistema de ensino.

Aos oito anos, na companhia do pai, Filipe Candondo ultrapassou as

fronteiras do Huambo, fugindo à guerra a bordo de um avião cargueiro. O pai, militar das FAPLA, perdera uma perna na guerra e receava o agravamento e a extensão do conflito armado para o município da Caála, onde residiam. O voo foi tranquilo. Filipe Candondo chegou a Luanda como refugiado, com uma única muda de roupa. Para trás ficaram outros sete irmãos e a mãe, por falta de espaço no avião.

“Viajámos como carga, por cima uns dos outros. O meu pai temia pela nossa segurança, acreditava que éramos alvos a abater, pois ele pertencera ao braço armado do Governo”.

Viver na Estalagem

O primeiro destino de Filipe Candondo em Luanda foi a residência de um tio no Morro Bento, onde Filipe viveu por dois anos. Desse tempo, pouco fala, pois não tem grandes recordações. A família voltou a reunir-se em 2001, após a chegada da mãe e dos irmãos a Luanda.

O reencontro foi uma segunda oportunidade para a família voltar a viver como tal, numa casa arrendada no bairro da Estalagem, onde permanece até hoje. “É na Estalagem onde começou, de facto, a minha vida e construí a minha personalidade”.

Nos primeiros anos, a vivência no também chamado Km 12, em Viana, não foi fácil. A azáfama da capital assustava a família provinciana. A vida era muito cara e todos tinham dificuldades de adaptação. A família sobrevivia com os lucros do negócio que a mãe desenvolvia numa pequena bancada montada num mercado informal do bairro e do pouco que o pai enviava do Huambo. Os proventos chegavam apenas para comer. Filipe, ainda pequeno, mas já destemido, passou a ajudante de pedreiro. “Também queria ajudar com o pouco que ganhava”, disse.

O regresso ao sistema de ensino foi adiado por vários anos, por falta de condições financeiras. A cada ano, um único membro da família era matriculado. João Victorino, o mais velho, foi o primeiro. Os outros recebiam explicações debaixo de um embondeiro. Sentavam-se em latas. A vez de Filipe começar a estudar foi marcada por anulações de matrículas, face às dívidas acumuladas. “Só estudámos em colégios, por causa dos negócios à volta dos processos de matrícula nas escolas do Estado. As dificuldades em pagar propinas fizeram-me viajar por vários cursos, até o de Ciências Económicas e Jurídicas, concluído em 2012”.

Luz no fundo do túnel

Ajudar a família e custear a sua própria formação superior eram os principais desígnios de Candondo, mas não tinha onde “tirar” para o efeito. Até que, em 2014, ingressou no quadro de colaboradores da Multiparques, uma empresa de gestão de terminais portuários. “Comecei na limpeza e atingi a área administrativa, concretamente o departamento de finanças”, conta.

Mas três anos depois, viu cancelado o seu contrato, devido à crise económica mundial que acabou por afectar o país, e consequentemente, as empresas.

A situação adiou ainda mais o seu sonho da formação superior. Foi restituído aos pequenos negócios de rua. “No ano passado, as dívidas acumuladas levaram-me a anular a matrícula no Instituto Superior Técnico de Angola (ISTA), onde sou estudante do 2º ano de Contabilidade Financeira”.

Filipe afirma que dá tudo pela família. Homenageia sempre a mãe, Avelina Kassi, o irmão mais velho – e fonte de inspiração – João Avelino, e a esposa Jandira Cristina Correia da Silva, esta “por ter sido a responsável” pelo actual estado em que se encontra. “Ela me afastou do álcool e das péssimas companhias”.

Acontecimento

“A rádio na minha vida”

A paixão pela rádio surgiu-lhe há uma década, precisamente em 2010. Na época, ainda estudante do ensino médio, Filipe socorria-se dos programas de entretenimento para passar o tempo, sobretudo quando fazia pequenos biscoitos. Foi num momento inusitado, numa tarde, que se viu estimulado a tentar a sorte. “Estava a ajudar o meu irmão a construir um quarto no quintal de casa, quando ouvi a publicidade de um concurso de imitação”.

Sem experiência, Filipe participou no concurso e saiu vencedor, superando a concorrência de 29 outros finalistas. Como prémio foi contemplado com um curso prático de locução e um estágio na Rádio Viana, onde depois passou a colaborador do programa “Rompimento FM”, especializado em música Kuduro. Pouco tempo depois, foi promovido a apresentador. Apostou também na carreira de mestre de cerimónia e em cursos intensivos de jornalismo e locução. “Tenho o Luís Candeias Magalhães como meu mentor, porquanto o que sei de jornalismo foi pago e passado por ele”.

Em 2016 o trabalho de Filipe Candondo na Rádio Viana ganhou notoriedade, tendo sido solicitado a apresentar vários outros programas, nomeadamente “Hora de Relaxar”, de segunda a sexta-feira, “Mizangala” (sextas-feiras), “Está a Bater” e “Viana Cultural” (aos sábados) e “Rompimento FM” (aos domingos).

Fundou, ainda, a rubrica “Mais Quente”, de reportagens em festas. A rubrica viria a ser abortada pela direcção da Rádio, quando o repórter sofreu várias ameaças de organizadores de eventos.

“Cheguei a ser amado e odiado pelo meu trabalho. Tive problemas com muitos organizadores de eventos em Viana. A rubrica abordava tudo o que se passava no interior das festas e a publicidade enganosa era veementemente denunciada. Os cantores passaram também a me ver como inimigo, porque era a mim que pesava a responsabilidade de filtrar as músicas com qualidade para passar no programa Rompimento FM”.

O vínculo que ligava Filipe Candondo à Rádio Viana quebrou-se em 2018, após cessação do contrato com os quadros que trabalhavam em regime de colaboração. “No final do meu vínculo era remunerado à expensas do próprio director, em gratidão pelo meu esforço”. Apesar de tudo, Candondo tem grande consideração pela Rádio Viana, “por ter-me aberto as portas e ensinado quase tudo o que sei sobre rádio”.

SHOW DO MÊS CHEIO DE EVOCAÇÕES

Viagem pelos sucessos dos “Irmãos Almeida”

Os angolanos foram levados a uma viagem dos primórdios ao momento actual da Kizomba, com a mais recente edição do Show do Mês Live, em que foram recordados os sucessos dos Irmãos Almeida, nas vozes de Moniz de Almeida e Jojó Gouveia. Foi ainda notável a presença de Chico Madne, um nome muitas vezes omitido, mas que é uma das referências obrigatórias da história da Kizomba

| EDIÇÕES NOVEMBRO



Analtino Santos

A TPA, no quadro da parceria com a Nova Energia, transmitiu o Show do Mês protagonizado por Moniz de Almeida e Jojó Gouveia, este a interpretar Beto de Almeida. Os internautas acompanharam, e ainda podem acompanhar, o live stream nas plataformas digitais do Show do Mês e do seu parceiro Angola Telecom, que agora aposta em iniciativas culturais. A transmissão foi feita ao vivo igualmente pelas antenas da Rádio FM Stéreo, do grupo RNA.

Diferente da actuação de Agosto do ano passado, com sala cheia nas duas noites de concerto no Royal Plaza, Moniz de Almeida e Jojó Gouveia, desta feita, subiram ao palco para actuar para um público que assistia em casa. Não se tratou apenas de um tributo à obra dos Irmãos Almeida, mas também o reconhecimento aos produtores que, nos finais dos anos 80 e princípios dos 90 do século passado, muito contribuíram para a evolução da música angolana.

Moniz de Almeida chegou às lágrimas quando Jojó Gouveia interpretou “Minha Viola”. O tema, que no passado mobilizou os militares, é quase um hino para muitos que foram para as frentes de combate. Do mesmo modo que chorou, o gigante Moniz de Almeida também sorriu, transportando alegria na viagem musical que terminou com “Morainha”. O artista, mais uma vez, demonstrou todo o seu potencial como showman. Jojó Gouveia trouxe ao espectáculo o timbre vocal de Beto de Almeida, iniciando a sua performance com os temas “Vigarista” e “É duro”.

A dupla “passeou” pelos sucessos “Paciência”, “Amor Melaço”, “Cara de pau”, “Yara”, “Tio Zé”, “Guilhermina”, “Ngapa”, “Úria”, “Sofrimento”, “Ficar com as Duas”, “Sulemwe”, “Chefe é que manda” e outros que, no passado, os Irmãos Almeida partilhavam com a Banda Zimbo. São temas que cantam o amor, a certeza em assumir a poligamia e os problemas

sociais que continuam os mesmos, como a agressividade da polícia, as bebedeiras, o desemprego, o engarrafamento no trânsito e a arrogância dos chefes.

Jojó Gouveia interpretou também temas do seu próprio percurso artístico, que despontou com “Recado”, música que agora não pode interpretar em palco. Jojó saiu da sombra de Beto de Almeida cantando “Tenho medo” e a versão de “Carta pa bó”, dois temas que ajudaram a consolidar o seu estatuto como uma das grandes revelações da Kizomba dos últimos tempos.

Moniz de Almeida, com esta edição do Show do Mês, reapareceu depois de cinco meses confinado em Lisboa, onde estava em digressão, que foi interrompida pela pandemia da Covid-19. O artista reconheceu que voltou a ganhar gosto pelos palcos depois da passagem pelo Show do Mês no ano passado, que marcou o grande regresso dos Irmãos Almeida, sem o irmão Beto, Tchuma para os amigos.

Das “províncias” para Luanda

Moniz de Almeida saiu do Cuando Cubango para Luanda. Na capital daquela província, Menongue, era o papão dos concursos musicais. “Tio Zé” foi o seu primeiro sucesso à escala nacional. O irmão, Beto, veio a Luanda oriundo do Lubango, onde era conhecido como Beto Viola. Com o tema “Paciência”, Beto de Almeida conquistou imensos admiradores. Depois de um período com as carreiras separadas, os irmãos criaram a dupla e gravaram os seguintes discos: “Kimbanda”, “Almeisy”, “Pico”, “Nha Vitória”, “Ao vivo no Brasil”, “Correction” e “Best of +5”.

Obreiros da Kizomba

Chico Madne, produtor fundamental na fase inicial da carreira de Beto de Almeida, ajudou a compreender a trajectória do

artista e da música angolana. Madne e o colega Eduardo Paim, ambos da ex-Banda SOS e ex-colaboradores da Rádio Nacional, gravaram muitos temas da fase inicial do movimento que culminou com a Kizomba, que teve o Kassenda como sua capital. A presença de Chico Madne, nome incontornável da produção musical nacional, foi aproveitada pela produção do concerto e pelos intérpretes, que foram exaltando outros produtores, como Lanterna, Beto Max, Ruca Van-Dúnem, Eduardo e Nelo Paim, que foram determinantes na produção dos sucessos apresentados durante o live.

Flay, o convidado

O cantor Flay, que construiu uma enorme cumplidade com os Irmãos Almeida, representou a

importância do contributo dos artistas não luandenses para a música angolana e, em especial, a Kizomba. O agora senhor da Catumbela recordou “Mistério”, “Doçura” e “Sassa Mutema”, sucessos gravados por Chico Madne. Flay também partilhou o palco com Moniz de Almeida, encarnado por Jojó Gouveia, em “Vamue”, outro tema que marca os tempos difíceis da guerra civil.

A produção do Show do Mês fez uma singela homenagem aos artistas Waldemar Bastos e Carlos Burity, falecidos poucos dias antes. Gelson Castro “El Maravilhoso” foi chamado para interpretar “Mungueno”, e, para cantar “Malalanza” foi chamado Mister Kim, o artista que quando canta temas de Burity, poucos encontram defeitos.

Lamartine é o próximo



A produtora Nova Energia já está a preparar o live com Carlos Lamartine, um artista que marcou a época de ouro da canção revolucionária. A discografia de Lamartine é composta pelas seguintes obras: “Ngola”, um single de 1970 onde constam as canções “Bazooka” e “Jesus dialá uá kidi”; em 1974 surge o LP “Angola nº 1”, gravado com o conjunto “Merengues”; “Memórias” (1997), “Histórias da Casa Velha” (2001), “Cidralia” (2001), “Frutos do Chão São Coisas Nossas” (2005) e “Caminhos Longos” (2007).

Carlos Lamartine nasceu em Benguela a 29 de Março de 1943, mas foi no Marçal, em Luanda, onde deu os primeiros passos musicais. Lamartine foi adido cultural na República Federativa do Brasil e tem, no prelo, livros que retratam os vários períodos da música angolana.

O artista, dentre várias distinções, ganhou o Prémio Nacional de Cultura e Artes em 2017 e foi homenageado no Festival da Canção de Luanda, da LAC, em 2013, em que os concorrentes interpretaram temas de sua autoria.



PROVÍNCIA DO UÍGE

Retrato da centenária vila do Bungo

A estrada número 140 divide ao meio a vila do Bungo, que é habitada, maioritariamente, por povos das etnias Kiungu e Kitsotso. Fundada em 1916, Bungo tem uma população pacata, dedicada fundamentalmente à agricultura. A localidade dispõe de lugares turísticos que ficam para sempre na memória dos visitantes

Silvino Fortunato/Bungo

Quem parte do Negage com destino à vila é levado confortavelmente por uma estrada asfaltada, protegida por frondosos eucaliptos perfilados lado a lado. Uma paisagem planáltica é visível em ambos os lados da estrada, mostrando as casas abandonadas que sustentavam a florescente criação de gado nas fazendas coloniais, até antes da independência nacional. Algumas dessas casas conservam ainda as paredes e os tectos, mas a maioria está reduzida a escombros, numa demonstração clara do abandono a que foram remetidas, apesar de terem sido repassadas a nacionais após a sua nacionalização em 1976.

A vila do Bungo tem as ruas perpendiculares à estrada nacional que vai até à fronteira com a República Democrática do Congo, passando pela comuna do Tsoso e pelos municípios da Damba

e de Maquela do Zombo.

As ruas da circunscrição são de terra batida, com separadores a sinalizar os sentidos ascendente e descendente. Nos separadores minguia alguma relva e plantas que clamam por água, escassa em tempo de cacimbo. Há no centro da vila um enorme jardim, dominado pela “planta de ouro”, com uma torre ao meio a dar as “Boas-vindas à vila do Bungo”.

A localidade é constituída por uma maioria de casas que vêm desde a era colonial portuguesa, sendo elas geminadas. As residências estão acopladas a lojas. Algumas construções novas, de baixa qualidade arquitectónica, foram sendo infiltradas entre as casas coloniais, ofuscando, em muitos casos, a beleza das edificações antigas.

Muitos ocupantes das casas coloniais fizeram rectificações nas mesmas, substituindo quase sempre o tecto de telha ou de lusalite por chapas chinesas.

A vila do Bungo apresenta um figurino pacato, com pouca gente a circular pelas ruas. São visíveis algumas pessoas sentadas nas reduzidas escadas das residências e nos quintais delimitados por chapas de zinco, que substituíram os antigos muros de pouco menos de um metro.

A maioria das instituições públicas, como a esquadra da Polícia Nacional, o palácio, a emissora da Rádio Nacional, e outras, estão situadas em ruas não asfaltadas. É notória a presença de bairros suburbanos, surgidos depois da independência nacional, com casas maioritariamente de adobe e chapas de zinco.

“As casas dos populares estavam muito longe da vila. Os colonos viviam aqui sozinhos. A gente só vinha para comprar coisas nas lojas dos brancos e assistir desporto ou então quando te mandassem chamar para responder no posto administrativo”, explicou um idoso, na casa dos 70 anos.

Muito próximo do con-

vento dos missionários da Igreja Católica vê-se um edifício já vencido por muitos anos. Soubemos que se trata da primeira cadeia que os colonos construíram quando se estabeleceram no Bungo. Idosos com quem falamos sublinharam que o edifício é de muito triste memória.

Ao lado da casa missionária está um outro edifício, o maior da vila. É a escola missionária católica, bastante envelhecida, com os vidros, das inúmeras janelas e portas, quebrados. É de realçar a existência de um pequeno aglomerado de eucaliptos, plantados com a pretensão de proteger a escola missionária dos ventos planálticos que, frequentemente, assolam o Bungo. O edifício, apesar do estado de aparente abandono, continua a servir de lugar de ensino e aprendizagem, desta feita para crianças e jovens em idade escolar fundamental. A presença cristã secular é indicada ainda pelo edifício da igreja católica, muito separado dos

demaís imóveis, que merece a vénia de quem quer que passe pelo vilarejo.

Actividade mercantil

Logo no princípio da vila, para quem chega do Negage, foi erguido, muito recentemente, um estabelecimento comercial que abastece os moradores com peixe fresco, frango e os produtos da cesta básica. De vez em quando, a loja também vende carne de vaca abatida nalguma fazenda da circunscrição. À tardinha os jovens se juntam no local para saborear as bebidas disponíveis.

“Bebem mais o uísque em pacote. Começam a beber o marujo no bairro e vêm se aquecer aqui com o uísque em pacote”, disse o empregado, 30 anos, que vive na vila há um ano, quando ganhou o emprego na loja.

O jovem informou que o produto com mais saída na loja é a lambula. Disse ainda que é no tempo das chuvas que as vendas atingem o auge, “porque no cacimbo a maio-

ria dos moradores da vila, que é camponesa, prefere passar mais tempo nas lavras que ficam junto aos rios onde fazem a pesca”.

Os professores, os enfermeiros, os polícias e os funcionários da administração municipal, que são os que possuem maior poder de compra, preferem deslocar-se à cidade do Uíge, que dista apenas cerca de 74 quilómetros, para fazerem as suas compras. Segundo o lojista, é por isso que os principais clientes da loja são os moradores dos bairros suburbanos.

No centro da vila, estão outras lojas, mais concretamente cantinas, detidas por muçulmanos, que vão competindo com as vendedoras ambulantes. A localidade conta ainda com um mercado municipal, uma estrutura construída há menos de oito anos, cuja serventia vai desde a disponibilidade dos produtos da cesta básica aos agrícolas produzidos localmente.

“Aqui é proibido fotografar”

A vila, apesar de diminuta, oferece lugares pitorescos, nomeadamente o bem aranjado jardim, os edifícios antigos que resistem ao tempo e a bela igreja católica. Os repórteres do *Jornal de Angola* não resistiram à tentação de fotografar a igreja, mas foram terminantemente impedidos pela voz de um sub-inspector da Polícia Nacional, que, furtivamente, acompanhara os repórteres desde a sua chegada ao Bungo. O sub-inspector procurou saber se os jornalistas pertenciam a uma instituição do Estado e se tinham autorização para fotografar a vila.

Estupefactos, os repórteres procuraram saber se tiraram fotografias a um jardim, a uma igreja ou às casas a partir da rua conformaria um crime contra a segurança do Estado. O polícia conti-

nuou a sua investida dizendo que “aqui no Bungo só é permitido tirar fotografias mediante uma autorização”. Os repórteres retorquiram que o Estado de Direito e Democrático lhes autorizava a tirar fotografias. Perante a incapacidade do polícia continuar a sustentar a sua ordem de proibição, os repórteres continuaram a desfrutar da beleza da urbe. Seguiram para a saída da vila, onde foram dar a uma picada que os conduziu ao rio Longe, depois de vencerem cerca de três quilómetros de um tortuoso caminho. É uma verdadeira estância balnear, bastante procurada pelos jovens da localidade e dos municípios do Negage e do Uíge.

O rio tem ambas a margens protegidas por árvores de média altura, algumas

das quais deitadas, com os ramos a beijarem as águas límpidas. Os banhistas aproveitam as areias ribeirinhas para deitarem-se ao sol.

São visíveis os vestígios de pequenas cozinhas sustentadas a carvão ou à lenha, utilizadas pelos excursionistas. Os estilhaços de loiça, os sacos e os copos de plástico abandonados e dispersos são indicadores de que o lugar é mesmo muito frequentado. Uma língua fina de água se desprende de um monte e corre solta por pouco menos de cinquenta metros, antes de se transformar num dos afluentes do rio. Os camponeses locais usam esse troço do rio para também se refrescarem com um banho, antes de chegarem a casa. Os homens usam a parte de cima e as mulheres, a de baixo.



Da fundação aos tempos actuais



Os mais velhos do Bungo são unânimes em apontar o militar português Sargento Melo como o primeiro habitante do lugar que foi transformado em vila no dia 6 de Agosto de 1916. Conta a tradição oral que o português teria sido recebido por Me Mbungu, a quem pediu um lugar para construir o seu acampamento militar, depois de ter chegado de Mukaba. Segundo os mais velhos, o branco português fazia-se acompanhar de um seu compatriota, Santos Tenente, e de um séquito de carregadores autóctones, entre os quais tradutores. Acompanhados por Me Nfumu a Kizumba, os portugueses foram recebidos amistosamente,

beneficiando de alojamento condigno.

A comunidade dos sobas do Bungo sempre delegou a Alfredo Mukita, regedor de Mbanza Mbungu, a tarefa de retratar para os visitantes a história da circunscrição. Foi o que aconteceu quando os repórteres do *Jornal de Angola* se interessaram em saber a trajectória da localidade.

De acordo com Alfredo Mukita, cumprida a praxe protocolar e diplomática, foi concedido ao Sargento Melo um lugar, próximo de um matagal, para instalar uma posição militar, após o que ele regressou ao território de Mufongo, actual município de Ambaca, no Cuanza-Norte. O seu retorno às terras de

Me Mbungu aconteceu meses depois. Agora fazia-se acompanhar por um agrupamento militar. Mas os seus interlocutores locais decidiram indicar-lhe um outro lugar para montar o seu acampamento, a 35 quilómetros do lugar inicialmente indicado, precisamente nas proximidades das terras de Mfumu a Kizumba.

Alfredo Mukita disse que os líderes autóctones teriam chegado a conclusão que não deveriam coabitar com um agrupamento militar. “Eles pensaram que, como ele dizia que traria militares, o bom mesmo era ele ir ficar sozinho, muito longe, para não trazer problemas ao povo”.

Contrariado, o Sargento Melo disse aos soberanos que iria ver o lugar indicado, mas que, se não gostasse, regressaria e ocuparia o espaço indicado inicialmente. “Assim, tirou uma moeda metálica, uma cavilha e uma tábua que pregou na árvore chamada mukia, sinalizando a ocupação. Feito isso, seguiu para a direcção indicada”.

O lugar era vasto e dava vista a toda a cercania. Não existia, nas proximidades, floresta alguma. Havia alguns rios que facilitariam a obtenção da água para o consumo da tropa e para irrigação. O Sargento Melo mandou construir casas de pau-a-pique, em voga naquela época, e deu ao lugar o nome de Mbun-

gu, supostamente em homenagem aos povos de Me Mbungu. O militar português acabaria por casar-se com uma negra de nome Ngenda Kabangu. Posteriormente, o Sargento Melo viria a confrontar-se com Me Kabangu, que rejeitava, terminantemente, a presença portuguesa nas suas proximidades.

“As histórias que nos contaram os mais velhos não dizem quem perdeu nesta luta, quem mais homens perdeu”, disse o regedor de Mbanza Mbungu.

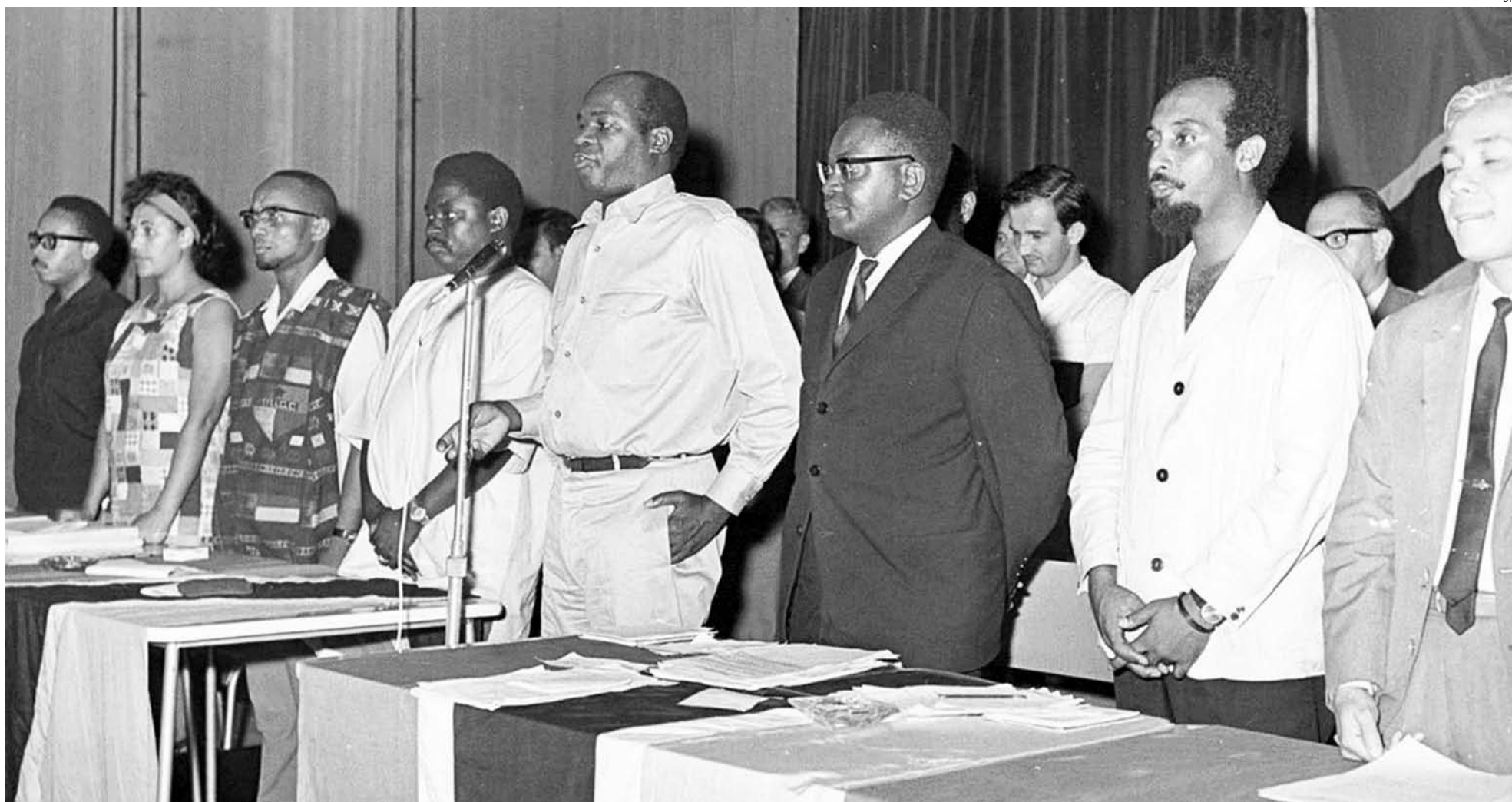
Seguiu-se um período em que a coabitação entre os autóctones e os colonos foi pacífica, até que eclodiram os acontecimentos de 1961, que “levaram muita gente”,

de acordo com Alfredo Mukita. Com “levaram muita gente”, quis ele dizer que causaram a morte de muita gente.

O regedor Pedro Nunes Kamalandena é uma das muitas autoridades tradicionais que pereceram.

O município do Bungo é actualmente composto por 60 aldeias e 12 regedorias cuja população se dedica, essencialmente, à agricultura de subsistência. Durante a época colonial, o território possuía grandes manadas de bovinos, controladas em várias fazendas.

“Hoje, as fazendas estão abandonadas e as manadas há muito desapareceram”, disse em tom de lamento o velho Nkoxi a Kizunganga.



BALCANIZAÇÃO LINGUÍSTICA E INJUSTIÇA EPISTÊMICA

Agostinho Neto e a filosofia nacionalista-ideológica africana

Luís Kandjimbo /*

A **filosofia nacionalista-ideológica**, tal como a definiu o falecido filósofo queniano Odera Oruka, é uma corrente que, na história da filosofia africana do século XX, tem o seu objecto constituído por manifestos, panfletos e obras políticas produzidas durante as lutas anti-coloniais e as lutas de libertação africanas, formando aquilo a que o filósofo eritreu Tsenay Serequeberhan designa por “discurso filosófico africano sobre a política”. Mas esse pensamento político conta ainda com imensos obstáculos de que emana a ampla exclusão da produção intelectual e filosófica dos cinco países africanos que têm o português como língua oficial. São esses obstáculos que, configurando casos de injustiça hermenêutica, fundada na geopolítica linguística global e na glossobalkanização continental, deixam “a impressão de que há pouco a dizer sobre a filosofia na África de língua portuguesa”, no dizer da investigadora alemã Anke Graness. O filósofo camaronês Hubert Mono Ndjana lamenta a falta de conhecimento sobre o pensamento filosófico nos “Cinco”, considerando que a longa guerra civil em Angola e a novidade das insti-

tuições universitárias desses países são razões para explicar a falta de um verdadeiro pensamento filosófico. A entrada sobre “filosofia lusófona” na “Oxford Encyclopedia of African Thought”, editada por Abiola Irele e Biodun Jeyifo, pouca informação fornece acerca dessa produção filosófica anti-colonial dos cinco países africanos que têm o português como língua oficial.

Para Anke Graness, os debates filosóficos contemporâneos nos “Cinco” revelam tendências e tópicos interessantes, incidindo particularmente sobre os contextos históricos, político-económicos, linguísticos e culturais específicos. Por conseguinte, destaca a “filosofia política dedicada a questões que envolvem liberdade e responsabilidade em um ambiente pós-colonial, pós-marxista e pós-civil, a situação de guerra”, bem como a tematização do legado teórico e moral dos movimentos de libertação, o conceito de liberdade, o conceito de modernidade, a tarefa, função e identidade da filosofia, a relação da filosofia e da educação. Mas Anke Graness perde de vista a tematização de domínios relevantes como a cultura e a literatura.

O filósofo queniano Dis- mas A. Masolo reconhece

igualmente a ausência dos “Cinco” da narrativa sobre os debates filosóficos no continente, ao abordar a história da filosofia como um problema no quarto capítulo do livro editado por Edwin E. Etieyibo, “Method, Substance, and the Future of African Philosophy” (Método, Substância e o Futuro da Filosofia Africana).

No entender do ganense Kwame Anthony Appiah, a presumível marginalidade da prática filosófica nos “Cinco” tem a sua excepção em Amílcar Cabral, tal como refere no seu verbete publicado na “Routledge Encyclopedia of Philosophy”. Este registo

discursivo é retomado pelo eritreu Tsenay Serequeberhan e o etíope Teodoros Kiros, nos respectivos capítulos publicados em “A Companion to African Philosophy” (Compêndio de Filosofia Africana), editado por Kwasi Wiredu em 2004, designadamente “Theory and the Actuality of Existence: Fanon and Cabral” (Teoria e Actuality da Existência: Fanon e Cabral) e “Franz Fanon (1925–1961)”.

Filosofia política pós-independência

Num dos capítulos da já mencionada obra de referência, Olúfemi Táíwò de-

dica a sua atenção aos estudos da filosofia política do pós-independência em África. Para o efeito, elege três gerações de líderes políticos que desenvolvem o chamado “socialismo africano” e suas variantes. Entre os primeiros, destaca Obafemi Awolowo (1909–1987) e Kwame Nkrumah (1909–1972). Segue-se o grupo integrado por Julius Nyerere (1922–1999) da Tanzânia e Tom Mboya (1930–1969) do Quênia. O terceiro grupo é formado por Eduardo Mondlane (1920–1969) de Moçambique, Agostinho Neto (1922–1979) de Angola, Mehdi Ben Barka (1920–1965) de Marrocos, Amílcar Cabral (1924–1973) da Guiné Bissau, e Samora Machel (1933–1986) de Moçambique. Este texto de Olúfemi Táíwò permitiu desenvolver um outro, “Amílcar Cabral: A Philosophical Profile”, que é o capítulo publicado em “Fanon and the Decolonization of Philosophy”, (Fanon e a Descolonização da Filosofia), volume editado por Elizabeth A. Hoppe and Tracey Nicholls, em 2010.

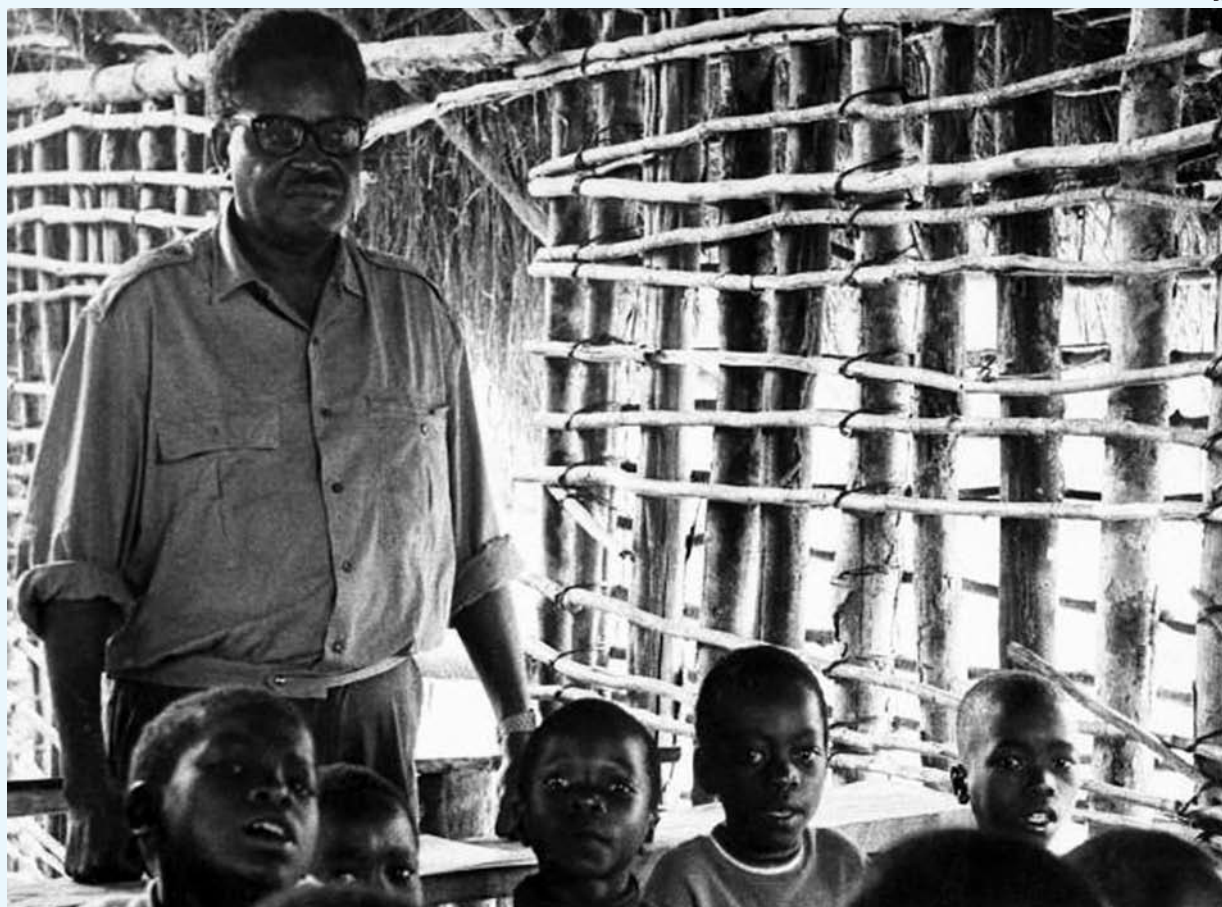
Na verdade, pode dizer-se que a filosofia política é hoje um dos domínios mais importantes da filosofia africana. Apesar da deplorável situação de marginalização a que é votada a

prática filosófica nos “Cinco”, Anke Graness acaba por ser vítima da mesma armadilha que critica porque, além de Moçambique, não parece ter conhecimento profundo da realidade dos restantes países. Quando situa o momento genético da reflexão filosófica moderna nos “Cinco”, nas décadas de 40 e 50, sublinha a existência de sujeitos de um discurso anti-colonial. Mas o seu campo é de igual modo restrito, ao reduzi-lo a três nomes apenas, Amílcar Cabral, por considerar que o seu pensamento é o mais bem documentado, Eduardo Mondlane (1920–1969) e Samora Machel (1933–1986). E, no que diz respeito à filosofia contemporânea dos “Cinco”, destaca apenas dois filósofos moçambicanos, Severino Ngoenha e José Castiano.

Por sua vez, Olúfemi Táíwò reconhece as limitações de uma abordagem generalizadora, quando se tematiza o colonialismo e a modernidade em África. Ele considera que o modelo teórico adequado à determinação das similaridades e diferenças no plano da agentividade africana requer análises específicas do trabalho de investigação realizado por especialistas de outras regiões do continente.



Injustiça hermenêutica



Ora, é necessário definir sinteticamente as duas dimensões em que se analisa a injustiça epistémica, – injustiça hermenêutica e injustiça testemunhal – de acordo com a proposta da filósofa inglesa Miranda Fricker. A injustiça hermenêutica assenta na ignorância a respeito de um sujeito sobre o qual não se tem suficiente conhecimento.

A injustiça testemunhal exprime-se através do preconceito de desqualificação do que o referido sujeito diz. Articulado ao conhecimento da ignorância racional e suas formas hegemónicas, o conceito de injustiça hermenêutica é um tipo de injustiça distributiva em relação a determinados bens epistémicos. O caso de Agostinho Neto enquadra-se na categoria de injustiça hermenêutica, na medida em que se revela como consequência de um comportamento negligente de determinadas comunidades interpretativas, em matéria de conhecimento sobre as experiências sociais, políticas, morais e culturais endógenas angolanas. Esse comportamento é observável em sectores académicos de alguns países europeus, entre os quais Portugal.

No entanto, o peso desigual da língua portuguesa no contexto da geopolítica linguística global, perante o prestígio de que gozam outras línguas europeias, dá lugar a uma injustiça hermenêutica com dupla causalidade: 1) de-sequilíbrio na geopolítica de indicadores bibliométricos e 2) balcanização linguística, devido ao fraco “soft power” competitivo dos “Cinco”, em África. Apesar disso, registam-se casos de injustiça

hermenêutica negativa. Isto é, que representam a possibilidade de justiça epistémica.

Ao nível continental, por exemplo, as manifestações da justiça epistémica hermenêutica podem ser identificadas no modo como se aborda a obra literária e o pensamento político de Agostinho Neto. Para compreender o sentido desta proposição, será necessário avaliar, em termos relativos, o volume e o tipo de interpretações produzidas por proeminentes intelectuais e académicos, oriundos de países africanos que têm o inglês e francês como línguas oficiais, quando se tem em conta as circunstâncias que mobilizam reflexões sobre a condição africana. As alusões à obra, pensamento e acção de Agostinho Neto ocorrem numa conexão necessária que se estabelece entre a literatura e a política.

Em 1960, falando da situação do escritor africano na Conferência Afro-escandinava de Escritores, em Estocolmo, Wole Soyinka toma como exemplo o escritor angolano, quando se refere ao contexto desumanizante vivido no século XX. No seu horizonte estão certamente as experiências de luta anti-colonial e a obra poética de Agostinho Neto cuja prisão suscitou na época uma campanha internacional apoiada por intelectuais de diversas origens.

Agostinho Neto e o discurso sobre a política

Em 1963, o escritor e político Léopold Senghor, então Presidente do Senegal, manifestou o seu apreço pelo poeta e político angolano Agostinho Neto, Presidente do Movi-

mento Popular para Libertação de Angola (MPLA), por ocasião da reunião do Conselho de Ministros da Organização da Unidade Africana (OUA), realizada em Dakar, de 2 a 11 de Agosto de 1963, quando o convocou para um encontro informal no Palácio da Presidência da República, tratando-o com a deferência que se devia a um poeta notável. A reunião ministerial da OUA concentrava em Dakar representantes de trinta e dois Estados-membros.

A agenda política inscrevia três problemas principais: o estabelecimento das instituições dos Estados Unidos de África, o problema dos agrupamentos regionais, o problema do apoio aos movimentos de libertação nacional. Na época, o Comité de Libertação da OUA tinha decidido apoiar o Governo da República de Angola no Exílio (GRAE), dirigido por Holden Roberto.

Por sua vez, Ngũgĩ wa Thiong'o, em 1973, na V Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos, realizada na cidade de Alma Ata, capital do Kazaquistão, congratulava-se com o facto de merecer a distinção do Prémio Lotus de Literatura que, em 1970, já tinha sido atribuído a Agostinho Neto, entre outros escritores africanos. Já em Outubro de 1975, na conferência que proferiu no Departamento de Literaturas da Universidade de Nairobi, considerou que Agostinho Neto era um “outstanding poet and politician”, (excelente poeta e político). E acrescentava: “For him the gun, the pen and the platform have served the same ends: the total liberation of Angola” (Para ele a arma, a caneta e

a tribuna serviram para os mesmos fins: a libertação total de Angola).

Em 1981, a revista Okike (An African Journal of New Writing), publicada em Nsukka, Anambra State, sudoeste da Nigéria, sob a direcção editorial de Chinua Achebe, presta uma homenagem a Agostinho Neto, dedicando-lhe inteiramente o seu número 18, em que se destaca o poema escrito pelo eminente escritor nigeriano. Quando em 1990, estive na Universidade de Nsukka, participando nas celebrações do sexagésimo aniversário

do escritor nigeriano, esse prestígio de Angola foi evidente. Achebe manifestou-o com um caloroso aperto de mão, ao saber que estava lá um jovem angolano em companhia de um funcionário da missão diplomática.

A colectânea de cinco volumes de textos doutrinários dos movimentos de libertação nacional dos “Cinco”, “The African Liberation Reader”, organizada e publicada em 1982 por Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein, é uma prova da fecunda produção reflexiva das elites intelectuais dos cinco países africanos que têm o português como língua oficial, engajadas na luta contra o colonialismo. Trata-se de uma obra relevante para os estudos do “discurso filosófico africano sobre a política”.

Num texto consagrado à descolonização da teoria e da crítica africana, publicado em 1990, na revista norte-americana “Research in African Literatures”, o professor nigeriano Biodun Jeyifo considerava que as reflexões de Agostinho Neto sobre a cultura nacional e a literatura integravam-se na categoria do “discurso literário nacionalista”. Trata-se de textos de discursos proferidos num contexto institucional, por ocasião da tomada de posse dos órgãos directivos da União dos Escritores Angolanos, em 1979. O texto de Agostinho Neto sobre “Cultura Nacional”, traduzido em inglês, integra uma obra de referência no domínio da teoria e da crítica literária africana, “African Literature. Anthology of Criticism and Theory”, (Literaturas Africanas. Antologia de Crítica e Teoria, 2007), organizada e publicada por

dois professores africanos, nomeadamente, o malgrado Tejumola Olaniyan, que é nigeriano, e o gananese Ato Quayson. Esse texto faz parte da secção temática reservada ao discurso marxista em que figura igualmente Amílcar Cabral.

Agostinho Neto e o “soft power”

Ora, à luz do seu duplo fundamento, a injustiça hermenêutica negativa tem aqui uma latitude transnacional à escala dos “Cinco”. Por isso, os factos enunciados permitem compreender os elementos de um campo da história intelectual cuja narrativa denuncia a ausência de justiça epistémica.

Portanto, percebe-se que a obra literária e o pensamento político de Agostinho Neto são bens epistémicos que suscitam estudos de natureza filosófica. Mas, apesar da balcanização linguística e de eventuais controvérsias argumentativas a que dá origem, essa fortuna crítica e teórica sobre a obra de Agostinho Neto, ao nível nacional, não se estriba em qualquer vigilância epistemológica-robusta. É que uma actividade académica sistemática com suporte institucional, inscrita no âmbito dos estudos globais, deve visar a formação de um “smart power” cujas traves mestras sejam a filosofia da cultura angolana e o vector histórico-cultural da soberania, tal como subjaz no último livro do general Miguel Júnior, “Génese do Pensamento Estratégico Angolano”.

*Ensaísta e professor universitário.
M.Phil. (Filosofia), Ph.D.
(Estudos Literários)*



DANÇA TRADICIONAL NA HUMPATA

Grupos clamam por samakaka e missangas

A escassez de missangas e panos de samakaka no mercado local, derivada da Covid-19, preocupa os grupos de dança tradicional do município da Humpata, província da Huíla

| EDIÇÕES NOVEMBRO



Arão Martins | Lubango

O director municipal da Cultura, Turismo, Tempos Livres e Juventude e Desportos, Austino Muanpatche, que prestou a informação ao *Jornal de Angola*, disse que existem grupos nas comunas da Palanca, Caholo, Neves e na sede do município, cuja maior preocupação, actualmente, é a falta de indumentária e adornos.

Na Humpata, referiu o responsável, têm estado a surgir grupos de dança tradicional, alguns antigos e outros novos e as missangas começam a escassear. As missangas que aparecem no mercado têm custos elevados.

O pano de samakaka, que constitui a indumentária original dos grupos de dança das comunidades locais, também escasseia e o que aparece no mercado é muito caro.

“Temos grupos de dança tradicional em diversas localidades. Apesar da falta de indumentária e adornos, fundamentalmente as missangas, os grupos empreendem

com o que têm”, informou.

Austino Muanpatche explicou que a missanga é um adorno que vem de uma geração para outra. “Os grupos já encontraram esse tipo de adorno e ao usá-lo só estão a dar sequência”, disse. Informou que, anteriormente, existiam indumentária e adornos em quase todas as lojas do município da Humpata e na cidade do Lubango.

“Antigamente, havia muitas missangas, que vinham da vizinha República da Namíbia. Com a situação da Covid-19, estamos com dificuldades de encontrar a fonte de abastecimento de missangas na província”, disse, acrescentando que quando o material aparece no mercado, o preço é elevado.

Apesar dos constrangimentos, salientou, “os grupos de dança tradicional estão a fazer alguma coisa, com o apoio da Administração Municipal da Humpata na aquisição de indumentária, fundamentalmente panos, para dar o devido colorido”.

O director municipal da

Cultura, Turismo, Tempos Livres e Juventude e Desportos da Humpata adiantou que o surgimento de novos grupos de dança tradicional no município é uma constante, daí que a carência de indumentária e adornos seja uma grande preocupação.

Criar associação

“Para que o surgimento de novos grupos seja sustentável é preciso criar uma associação de grupos de dança tradicional, para beneficiarem de apoio de forma controlada e continuada”, disse Austino Muanpatche.

O responsável esclareceu que têm aparecido pessoas singulares e empresários com a intenção de apoiar os grupos, mas, “por falta de uma estrutura associativa, tal desiderato tem sido gorado”.

“Queremos contar com pessoas que dominam as leis para a criação de um estatuto associativo dos grupos de dança tradicional”, disse Austino Muanpatche, referindo que, independentemente da dança ser tradicional ou não,

é preciso que os grupos tenham uma estrutura organizativa moderna. “Estamos num mundo moderno, também precisamos de modernizar. Independentemente de ser tradição, precisamos de uma estrutura organizativa que corresponda às exigências do momento”.



“Estamos num mundo moderno, também precisamos de modernizar. Independentemente de ser tradição, precisamos de uma estrutura organizativa que corresponda às exigências do momento”

